



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA
Rua São Luis | @cidade_unidade@ () | CEP | Fone: (51) 3320-2100
- www.crea-rs.org.br

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 2024.000010143-6

SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO

Setor Requisitante: GGPE

Porto Alegre, 02/07/2024

Nome do Projeto / Solução: **Serviços de Medicina do Trabalho - NR7**

Setor Requisitante: GGPE

Porto Alegre, 02/07/2024

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP – tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de compra/serviço.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar é conceituado como o “*documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação*” (art. 6º, alínea XX).

Como regra, é documento obrigatório, conforme determinado pela Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC), que dispõe a respeito no Capítulo II da Lei (Da Fase Preparatória):

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual – PCA – de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a **descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido**;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refulgos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

O Estudo Técnico Preliminar é previsto, inclusive, para os processos de contratação direta, de dispensa e inexigibilidade:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

[...]

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (ART. 18, §1º, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)

Hoje temos o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) implantado na sede e nas 44 inspetorias, atendendo a norma regulamentadora 07 do Ministério do Trabalho. É uma exigência legal que temos que cumprir para mantermos e controlarmos a saúde do trabalhador. Esse programa já está institucionalizado no CREA/RS.

Precisamos contratar empresa prestadora de serviços de gestão do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO, sua atualização e elaboração de exames médicos ocupacionais, a fim de atender norma regulamentadora, NR7, do Ministério do Trabalho que estabelece diretrizes e requisitos para o desenvolvimento do Programa nas organizações, com o objetivo de proteger e preservar a saúde de seus empregados em relação aos riscos ocupacionais, conforme avaliação de riscos do Programa de Gerenciamento de Risco - PGR da organização. Esta Norma se aplica às organizações e aos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como aos órgãos dos poderes legislativo e judiciário e ao Ministério Público, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO II DA LEI Nº 14.133/2021)

Não se Aplica.

O Plano de Contratação Anual ainda não foi implantado pelo Conselho. Todavia o objeto desta necessidade trata-se de uma contratação recorrente, legal e em substituição à contratação finalizada, desta forma, os custos desta despesa já possuem previsão em nosso orçamento anual.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO III DA LEI Nº 14.133/2021)

Precisamos a comprovação da formação e registro profissional em conformidade com o disposto na regulamentação da profissão e nos instrumentos normativos emitidos pelo respectivo Conselho Profissional referente às categorias compatíveis com a prestação dos serviços, atendendo aos seguintes requisitos:

- Médico do trabalho - médico portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina do Trabalho, em nível de pós-graduação, ou portador de certificado de residência médica em área de concentração em saúde do trabalhador ou denominação equivalente, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica, do Ministério da Educação, ambos ministrados por universidade ou faculdade que mantenha curso de graduação em Medicina; comprovante de registro no CRM.
- Certificado de Registro de Pessoa Jurídica especializada em Medicina do Trabalho, em validade, em nome da licitante, expedida pelo Conselho de Medicina.
- Deverão ser apresentados comprovantes de vínculo dos integrantes da equipe técnica com a empresa. Serão considerados como comprovantes: cópia de carteira assinada, contracheque ou contrato social da empresa atualizado onde o integrante conste como sócio ou outro documento que comprove o vínculo ou parceria.
- As empresas subcontratadas, também, deverão apresentar documentos de habilitação para a medicina do trabalho, bem como, seus profissionais médicos do trabalho.
- Apresentar no mínimo, 3 (três) atestado de capacidade técnica, cujas atividades sejam pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do Termo de Referência, expedidos por entidades públicas ou privadas.
- É importante que a CONTRATADA e suas unidade parceiras subcontratadas se situem em bairro ou centro do município que o CREA/RS tenha unidade, caso contrário, a contratante seria obrigada a deslocar os seus empregados para a realização dos exames ocupacionais e consultas, demandando não só custos de deslocamento, mas, também, tempo que ficará ausente de suas atividades laborais.

1) Quais são os requisitos necessários ao atendimento da necessidade?

A empresa a ser contratada deverá:

- Atualizar os relatórios dos: PCMSO's (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) – em conformidade com a NR7, bem como, atender e executar os exames ocupacionais previsto nos programas.
- Buscar as informações e documentos junto a empresa anterior que gerenciava os programas, a fim de possibilitar a continuidade dos cuidados da saúde dos empregados do CREA/RS.
- Além de atender obrigação legal, oferecer à administração do CREA/RS instrumentos e dados que permitem a elaboração de diagnósticos e a fundamentação de eventuais melhorias que visem à promoção da qualidade de vida e saúde dos empregados da instituição.
- Disponibilizar de corpo técnico especializado e capacidade logística para atendimento em todas as unidades do CREA/RS.
- Ser comprovadamente pessoa jurídica atuante no ramo das atividades que sejam objeto desta licitação, bem como, apresentação dos documentos previstos no art.62 da lei nº 14.133/2021.
- Apresentar os PCMSO's revisados e ou elaborados aos representantes da gestão do contrato pelo CREA/RS, detalhando o trabalho desenvolvido em cada unidade, a estruturação dos programas e as proposições de melhorias da saúde ocupacional dos empregados.
- Atender as solicitações de exames ocupacionais de admissões, demissões, de retorno ao trabalho no prazo de 24 horas da data de solicitação pelo CREA, sendo o prazo máximo de 48 horas.

2) Quais são os padrões mínimos de qualidade relativos ao objeto?

Os padrões mínimos de qualidade relativos ao objeto referem-se ao atendimento à legislação da medicina do trabalho, do cuidado da saúde do trabalhador e prevenção de riscos à saúde, como também, disponibilizar uma estrutura logística e técnica adequada às unidades onde o CREA tenha empregados. O serviço a ser contratado tem natureza contínua, habitual e cotidiana, para atender as normatizações da saúde ocupacional. Empregados saudáveis colaboram com a manutenção das atividades finalísticas da instituição CREA.

3) Por quanto tempo a solução deverá ficar disponível à Administração (informação que influenciará na duração do contrato?)

Os serviços de medicina do trabalho na empresa devem ser prestados por tempo indeterminado, pois a preservação da saúde do trabalhador permite a continuidade das atividades da empresa de forma normal e garante qualidade de vida aos trabalhadores, além da necessidade do atendimento da exigência legal.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHES DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (ART. 18, §1º, INCISO IV DA LEI Nº 14.133/2021)

As estimativas das quantidades a serem contratadas estão diretamente relacionadas ao efetivo de empregados do conselho. Desta forma, apresentamos anexo uma planilha com a discriminação do efetivo por unidades do CREA/RS.

Hoje temos na Sede 173 empregados e 26 estagiários. Nas inspetorias temos 110 empregados e 7 estagiários. Totalizando 316 colaboradores.

As quantidades que deveremos prever para contratação, serão:

PCMSO - 45 programas, sendo sede e 44 inspetorias.

Exames ocupacionais - 420 exames, em conformidade com os diferentes tipos: exames periódicos, exames admissionais, exames demissionais, exames de retorno ao trabalho, exames troca de função. Bem como a previsão de contratações e desligamentos em função da previsão de concurso público.

Exames complementares: Acuidade visual (4), audiometria(4), hemograma completo(2). Previsto no atual PCMSO, respectivamente, para os cargos de Motorista e Oficial de Manutenção.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (ART. 18, §1º, INCISO V DA LEI Nº 14.133/2021)

Cabe ressaltar que essa contratação se deve para atender uma necessidade legal.

Pesquisamos contratos de prestação de serviços de medicina do trabalho de entidades públicas, bem como, empresas do mercado de serviços de medicina do trabalho. Umas contratam serviços com preço global sem especificação dos preços dos serviços individuais, outras estipulam valor mensal, definindo um valor fixo por empregado e ainda as empresas que estipulam um valor global pelos serviços e especificam preços dos itens individuais, mas pagam aqueles efetivamente realizados. Acreditamos que este último é mais vantajoso para a administração pública, pois, embora tenha uma previsão global, paga apenas o serviço prestado.

Os contratos estipulam que os serviços devem atender a todas as unidades da organização contratante definidas no edital. Portanto, nos preços já estão inseridos toda a logística, tecnologia e despesas que a contratada tiver para bem atender ao objeto.

O objeto pode ser parcialmente subcontratado na realização dos exames ocupacionais apenas.

5.1 – Identificação de soluções

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Contratação por Licitação
2	Contratação por dispensa de licitação
N	Contratação em separado dos itens do objeto

5.2 – Análise comparativa de soluções

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.

É o caso dessa compra. Só que corremos o risco de as empresas interessadas proporem preços superiores ao pesquisado nos contratos da administração pública e não conseguirmos interessados na contratação.

Desta forma, sugiro a contratação por licitação para termos mais segurança e preço justo para a administração.

5.3 – Registro de soluções consideradas inviáveis

A forma de contratação inviável seria contratar uma empresa para fazer os programas (PCMSO's) e outra empresa para executar os exames ocupacionais. Pois seria muito mais oneroso para a administração.

5.4 – Análise comparativa de custos

Não se aplica.

Solução Viável 1

Descrição:

Contratação por licitação dos serviços de medicina do trabalho - possibilita ampla participação e preço justo para a administração.

Custo Total – Memória de Cálculo

Anexo ao processo.

Solução Viável 2

Descrição:

Dispensa de licitação pelo valor global da contratação.

Custo Total – Memória de Cálculo

Indeterminado.

Solução Viável N

Descrição:

Partição do objeto.

Custo Total – Memória de Cálculo

Não aplicável.

5.5 – Mapa comparativo dos cálculos totais

Não aplicável.

5.6 – Escolha da solução

Diante do exposto e após análise comparativa, indicamos a solução 1 para atendimento da necessidade em questão, pois atende da melhor forma a necessidade da administração e cumpre a exigência legal.

6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE (ART. 18, §1º, INCISO VI DA LEI Nº 14.133/2021)

O valor médio anual da contratação está estimado em R\$ 34.816,84 (trinta e quatro mil, oitocentos e dezesseis reais e oitenta e quatro centavos).

Sendo a previsão para o ano de 2024 Com a entrega das revisões do PCMSO's e exames periódicos e ocupacionais desse ano, totalizando R\$28.094,75. E para 2025 até o final do primeiro ano de contrato os exames ocupacionais restantes no valor estimado de R\$ 6.722,09.

Pesquisa de preços de Serviços de Medicina do Trabalho										
Itens	Preços Unitários							Média de preços	Quantidade para executar Anual	Total
	Conselho Regional de Farmácia-Atapregão-ES	Conselho Regional de Biologia (SP/MT/MS)	Prefeitura de Luiz Alves - SC	Município de Renascença - PR	CRECI-RS	CAU-GO	Pref de Santa Vitória-MG			
PCMSO	R\$ 500,00	R\$ 299,00			R\$ 111,09	R\$ 400,00		R\$ 327,52	45	R\$ 14.738,51
Exame Ocupacional	R\$ 51,00	R\$ 60,00		R\$ 49,63	R\$ 50,51	R\$ 25,00		R\$ 47,23	420	R\$ 19.835,76
Acuidade Visual			R\$ 15,00	R\$ 28,30		R\$ 20,00		R\$ 21,10	4	R\$ 84,40
Audiometria			R\$ 30,00	R\$ 51,95		R\$ 20,00		R\$ 33,98	4	R\$ 135,93
Hemograma Completo	R\$ 16,33		R\$ 7,90				R\$ 9,12	R\$ 11,12	2	R\$ 22,23
									Total	R\$ 34.816,84
Previsão:	Previsão:									
4 meses em 2024	R\$ 28.094,75									
8 meses em 2025	R\$ 6.722,09									
Contrato 12 meses.	R\$ 34.816,84									

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (ART. 18, §1º, INCISO VII DA LEI Nº 14.133/2021)

Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de medicina do trabalho, a fim de implantar e gerenciar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), e seus exames médicos ocupacionais e complementares da medicina do trabalho, bem como, todas as ações no âmbito dos dispositivos legais necessários à promoção, informação e preservação da saúde do conjunto dos trabalhadores (Sede e Inspetorias) do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA/RS) e nas especificações constantes do edital.

8 – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO VIII DA LEI Nº 14.133/2021)

O objeto não será parcelado, pois são serviços correlatos e que devem ser executados e gerenciados por uma mesma empresa.

9 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (ART. 18, §1º, INCISO IX DA LEI Nº 14.133/2021)

Espera-se como resultado, a execução completa do objeto contratado, atendendo as legislações de medicina do trabalho, as necessidades de saúde ocupacional de todos os trabalhadores do CREA/RS, o gerenciamento dos programas, prestando informações e executando ajustes solicitados pela contratante, informando as possíveis melhorias de saúde do trabalhador e disponibilizando uma estrutura logística que otimize o atendimento em cada cidade onde o CREA tenha unidades.

10 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (ART. 18, §1º, INCISO X DA LEI Nº 14.133/2021)

Não há.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART. 18, §1º, INCISO XI DA LEI Nº 14.133/2021)

Não há.

12 – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E

Não há impacto ambiental relevante com essa contratação.

13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (ART. 18, §1º, INCISO XIII DA LEI Nº 14.133/2021)

Essa contratação visa atender normativo legal do ministério do trabalho e preservar a saúde ocupacional dos trabalhadores do CREA/RS. Apresenta um grande número de fornecedores dos serviços pretendidos e necessários, portanto é plenamente viável a contratação.

14 – APROVAÇÃO E ASSINATURA

O Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado por

- Setor/Gerência Requisitante
- Superintendência
- Autoridade Competente/Presidência do Conselho.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO RICARDO HOEFLING CAMARGO, Supervisor(a)**, em 15/07/2024, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MELANIA LISETE FEINE MOREL, Gerente**, em 15/07/2024, às 18:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NANCI CRISTIANE JOSINA WALTER, Presidente**, em 24/07/2024, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SONIA MARIA DOS REIS MACHADO, Gestor(a) de Administração e Finanças**, em 24/07/2024, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.crea-rs.org.br/validar.html>, informando o código verificador **2301926** e o código CRC **839E8495**.